

A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA NATUREZA LEXICAL DA MARCAÇÃO DIFERENCIAL DE OBJETO NO PORTUGUÊS ANTIGO

THE SPANISH INFLUENCE ON THE LEXICAL NATURE OF DIFFERENTIAL OBJECT MARKING IN OLD PORTUGUESE

Aline Jéssica Pires | [Lattes](#) | alinepires77@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Casos em que o objeto direto é morfologicamente marcado por uma preposição são classificados como instâncias da Marcação Diferencial de Objeto (MDO). Além disso, a natureza lexical do objeto é apontada como um fator que desencadeia a MDO. Este artigo tem como objetivo investigar a natureza lexical dos objetos marcados e verificar sua relação com a hipótese da influência da língua espanhola na MDO no português antigo. Essa hipótese é motivada pelo aumento das ocorrências do fenômeno no século XVII. Entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha formavam uma unidade política e, consequentemente, as línguas portuguesa e espanhola estavam em contato. Através da análise de textos dos séculos XVI ao XIX, a natureza lexical dos casos da MDO é investigada. Ademais, são comparados dados de objetos marcados e não marcados dos séculos XVI e XVII para verificar a extensão da influência espanhola nos objetos do português. A análise dos dados confirma a hipótese inicial com o aumento dos casos da MDO e mostra, também, que a MDO pode ser desencadeada por pronomes plenos, pronomes de tratamento, títulos de nobreza e certos DPs, como nomes de divindade e nomes próprios.

Palavras-chave: Marcação diferencial de objeto; Preposição a; Objeto direto; Português antigo.

Abstract: Cases in which the direct object is morphologically marked by a preposition are classified as instances of Differential Object Marking (DOM). Moreover, the lexical nature of the object is pointed out as a trigger to DOM. This paper aims to investigate the lexical nature of marked objects and to verify its relationship with the hypothesis of Spanish influence on DOM in Old Portuguese. This hypothesis is motivated by the increase of occurrences of the phenomenon in the 17th century. From 1580 until 1640, Portugal and Spain were a political unit, and consequently, there was contact between the Portuguese and Spanish languages. Through the analysis of texts from the 16th to the

19th centuries, the lexical nature of DOM cases was investigated. Besides, the marked and unmarked objects from the 16th and 17th centuries were compared in order to verify the extension of the Spanish influence on the objects in Portuguese. The analysis of the data confirms the initial hypothesis by the increase of DOM cases and shows that DOM can be triggered by full pronouns, address forms, titles of nobility, and certain DPs, such as deity names and proper names.

Keywords: Differential object marking; Preposition *a*; Direct object; Old Portuguese.

1 INTRODUÇÃO

Línguas de diferentes famílias exibem casos em que o objeto direto é marcado por uma preposição, o que é conhecido como Marcação Diferencial de Objeto (doravante, MDO), do inglês *Differential Object Marking*. Em línguas românicas, como espanhol e catalão, o fenômeno é marcado pela preposição dativa *a*. No português, a MDO também ocorre com a preposição *a* (CYRINO, 2017; PIRES, 2017). Nessa língua, o fenômeno acontece com mais frequência em alguns contextos (1) do que em outros (2):

- (1) Os religiosos amam **a Deus**.
- (2) A peça comoveu (**a**)os **espectadores**.

A MDO ocorre em línguas em que normalmente não há marcação morfológica de caso, e é desencadeada por propriedades intrínsecas e referenciais do objeto, como animacidade, definitude e especificidade (BOSSONG, 1991; entre outros). Há línguas, como o espanhol, em que o fenômeno é bastante frequente e os objetos animados são sistematicamente marcados.

Pode-se notar, também, a relação da marcação com a natureza lexical do objeto. Caro Reina (2020), por exemplo, apresenta que, no espanhol antigo, nomes próprios eram marcados mesmo quando inanimados, e nomes comuns humanos eram opcionalmente marcados, já os nomes comuns inanimados bloqueavam o fenômeno.

No português atual, a MDO apresenta poucas ocorrências e é restringida a certos contextos, como objetos animados em sentenças comparativas (3) e coordenadas (4) (CYRINO, 2017). Sobre a natureza lexical, é afirmado que pronomes e certos DPs animados, como *Deus*, levam à marcação, entretanto, não há ainda pesquisas baseadas em *corpora* ou experimentos que confirmem esse quadro.

- (3) O Pedro ama a Rita como **a uma mulher**.
- (4) Eu vi o menino e **ao professor** também.

Houve, contudo, períodos da história do português em que a MDO era mais frequente, como ilustram os exemplos (5-8). Estudos diacrônicos sobre o fenômeno atestaram o pico de frequência nos séculos XVI e XVII e uma diminuição considerável a partir do século XVIII (RAMOS, 1992; GIBRAIL, 2003; DÖHLA, 2014; PIRES, 2017, 2020b). De acordo com Ramos (1992) e Döhla (2014), o comportamento do fenômeno pode ser explicado por um fator externo à língua: a criação da União Ibérica em 1580 e sua dissolução em 1640. Nesse período, Portugal e Espanha formavam uma unidade política e, conseqüentemente, as línguas portuguesa e espanhola estiveram sob intenso contato.

- (5) E isto causa não haver lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam **a suas plantas**, como cá ofendem **às nossas** (G_008_PSD,8.37, Corpus Tycho Brahe, séc. XVI).
- (6) quando esta memoravel senhora teue a sua vida arriscada na malicia Heretica, que dizia a vozes, queria matar **a ElRey**, para cazar com o Papa (C_002_PSD,187.710, Corpus Tycho Brahe, séc. XVII).
- (7) Se estes meios tivessem alguma eficácia, Jasão não seria infiel a Medeia e Circe prenderia **a Ulisses** nos seus ferros (C_001_PSD,68.1003, Corpus Tycho Brahe, séc. XVIII).
- (8) Pode a cobardia inventar tantos ardido para destruir **a um homem** como aqueles que se puseram em ação para me levar ao patíbulo (CARDS0212,.11, Corpus Post Scriptum, séc. XIX).

Pires (2020b) verificou a hipótese sobre a influência da gramática espanhola na MDO do português, comparando a presença dos traços semânticos da animacidade, definitude e especificidade em objetos marcados e não marcados. O estudo confirmou tal hipótese com ressalvas, pois durante os séculos XVI e XVII, período de existência da União Ibérica, há um aumento interessante na frequência do fenômeno e uma queda nos séculos posteriores. Contudo, a mesma análise concluiu que a forma preferível com a pre-

sença positiva dos citados traços semânticos, mesmo nos séculos de maior contato com o espanhol, era o objeto direto não marcado. Todavia, Pires (2020b) não avaliou a natureza lexical dos objetos marcados, isto é, com qual tipo de objeto a preposição *a* é marcada, se com nomes próprios ou pronomes, por exemplo.

Considerando os fatores mencionados, este artigo tem como objetivo investigar a natureza lexical das ocorrências da MDO no português antigo, especificamente, na língua do período entre os séculos XVI e XIX¹. Para atestar essa relação, serão comparados dados de objetos diretos marcados e não marcados dos séculos XVI e XVII, período de maior contato com o espanhol².

Serão utilizados dados do português europeu dos séculos XVI ao XIX coletados em dois *corpora*: o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (GALVES; FARIA, 2010) e o Post Scriptum (CLUL, 2014). Os resultados indicam que o contato com a língua espanhola levou ao aumento da frequência da MDO no português antigo. Além disso, os DPs são a classe mais frequentemente marcada e o fenômeno é favorecido com pronomes plenos, pronomes de tratamento, títulos de nobreza e certos DPs, como nomes de divindade e nomes próprios animados.

Na seção 2, a seguir, são apresentados aspectos teóricos relevantes para nossa análise; na sequência, na seção 3, são exibidos os resultados da investigação da natureza lexical dos objetos marcados diferencialmente na história do português; na seção 4 os resultados são discutidos; e a conclusão é exibida ao final.

2 ASPECTOS TEÓRICOS RELACIONADOS À MDO

2.1 A natureza lexical dos objetos marcados

Aissen (2003) propôs que as escalas da animacidade (9) e da definitude (10) são capazes de descrever as ocorrências da MDO em diferentes línguas, tanto sincronicamente quanto diacronicamente.

(9) Escala da animacidade: humano > animado > inanimado

¹ Este trabalho é uma retomada de Pires (2017). As modificações dizem respeito ao tratamento dos dados, especialmente aos fatores considerados na análise e à classificação dos dados de acordo com a natureza lexical. Além disso, este trabalho é também a continuação de Pires (2020b), que analisou a presença de certos traços semânticos nos casos de MDO.

² Na seção 2, sobre aspectos teóricos, utilizamos a terminologia proposta sobre a periodização do português de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) para tornar o texto mais claro e uniforme. Como este trabalho analisa diferentes séculos que correspondem a mais de um período proposto na periodização das autoras, não utilizamos nenhum termo específico, apenas os termos gerais “português antigo” e “português europeu” para mostrar que os dados analisados se referem ao português europeu que não é contemporâneo.

(10) Escala da definitude: pronome pessoal > nome próprio > DP definido > DP indefinido específico > DP indefinido não-específico

Segundo as escalas, os objetos das posições mais altas desencadeiam a MDO, enquanto os objetos que estão nas posições mais baixas podem bloqueá-la ou ser opcionalmente marcados. Caberia, então, aos estudos que descrevem a MDO nas diferentes línguas estabelecer, nas escalas, os pontos que desencadeiam a obrigatoriedade e o bloqueio do fenômeno, assim como, se há algum ponto de opcionalidade da marcação.

As escalas mostram que a natureza do objeto também é um fator relacionado à marcação, principalmente a escala da definitude em (10). De acordo com elas, é possível existir, por exemplo, uma língua em que os pronomes são marcados, enquanto nomes próprios e outros tipos de DPs não o são, situação verificada na MDO do catalão.

Caro Reina (2020) investiga as ocorrências de nomes próprios marcados em diferentes línguas e propõe sua versão da escala hierárquica estendida da animacidade (11). Tal hierarquia reúne informações sobre a pessoa, referencialidade e animacidade do objeto. Além disso, os nomes próprios não são considerados uma classe homogênea.

(11) Hierarquia estendida da animacidade:

pronomes de primeira/segunda pessoa > pronome de terceira pessoa > nome de divindade > nome próprio ou de parentesco > nome de animal > nome de lugar > nome comum humano > nome comum animado não-humano > nome comum inanimado

Essa hierarquia, segundo o autor, permite a descrição do desenvolvimento sincrônico e diacrônico da MDO nas diferentes línguas românicas. Ela evidencia ainda a relação entre a MDO e a natureza do objeto.

Na sequência, são apresentados alguns pontos teóricos sobre a MDO do português.

2.2 A MDO no português

No português atual são marcados objetos animados e a coordenação é um dos contextos que favorecem o desencadeamento do fenômeno. Em (12a) a ausência da marcação permite duas leituras: (i) o sujeito viu o menino e o professor, e (ii) o sujeito e o professor viram o menino; já em (12b), a preposição *a* leva a uma leitura em que há coordenação do objeto: o sujeito viu o menino e o professor (CYRINO, 2017).

- (12) a. Eu vi o menino e o professor também.
b. Eu vi o menino e ao professor também.

Com relação aos quantificadores, Cyrino aponta que a MDO é opcional com quantificadores animados e agramatical com quantificadores inanimados (13).

- (13) a. Ele visitou (a) alguns homens.
b. *Eu vi a algumas escolas.

Cyrino e Ordoñez (2018) descrevem que a MDO em sentenças comparativas pode levar a diferentes leituras. Como mostra o contraste entre (14a) e (14b), a ausência da marcação leva à leitura de que Pedro ama Rita como se ele fosse uma mulher (14a); por outro lado, a preposição *a* em (14b) leva a uma leitura de comparação, Pedro ama Rita da mesma forma que ele ama uma mulher.

- (14) a. O Pedro ama a Rita como uma mulher.
b. O Pedro ama a Rita como a uma mulher.

Os estudos sobre a MDO na história do português apontam que, como dito anteriormente, a frequência do fenômeno diminuiu ao longo da história da língua e se restringiu a poucos contextos de uso, como os descritos em Cyrino (2017) e Cyrino e Ordoñez (2018).

Ramos (1992), em seu estudo sobre a variação de objetos diretos marcados por *a* em textos antigos escritos por portugueses e brasileiros³, defende que a preposição é um marcador de caso quando o sujeito e o objeto são animados. A MDO, segundo a autora, é influenciada pelas ordens OV e VS, assim como pela estrutura VXO.

Na análise de Ramos há três categorias que são mais frequentes com a MDO nos textos escritos por brasileiros: nomes próprios, pronomes de tratamento e quantificadores⁴. Os nomes próprios foram mais frequentes nos séculos XVI e XVIII; já os pronomes

³ Ramos (1992) faz apenas a distinção entre português brasileiro e europeu. Entretanto, para uniformizar o texto, adotamos a periodização proposta por Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), que distingue o português de Portugal e o do Brasil, e propõe que o de Portugal é dividido em arcaico (primeiros escritos em português até a primeira metade do século XIV), médio (segunda metade do século XIV até o XVIII) e europeu moderno (século XVIII em diante). O português brasileiro, também, se inicia no século XVIII.

⁴ Os pronomes plenos não foram considerados por Ramos (1992), pois no português brasileiro da época

de tratamento foram os mais frequentes nos séculos XVII e XIX; por sua vez, os quantificadores foram os mais frequentes no século XX.

Sobre a frequência do fenômeno no português médio, Ramos constatou um aumento do século XIV para o XV (1,3% para 2,9%). Com relação aos textos escritos por brasileiros, a frequência da MDO era mais alta nos séculos XVI, XVII e XVIII (14,8%, 14,4% e 12,7%, respectivamente). Por sua vez, o século XIX exibe uma diminuição acentuada dos casos de objetos diretos marcados (1,7%). Vale salientar que, em todos os séculos analisados, a forma não marcada foi preferível à MDO.

Gibrail (2003) analisou as ocorrências do fenômeno no português médio e no português europeu moderno⁵ e propôs que os objetos marcados diferencialmente são PPs [+específicos]. A autora classificou os textos analisados não pela data em que foram escritos, mas pelo ano de nascimento dos autores. Essa classificação permite ter uma visão mais clara da gramática adquirida por cada autor⁶. Ademais, nesse estudo é observado o aumento dos casos de MDO nos textos escritos por portugueses nascidos na segunda metade do século XVI e no século XVII. Já nos textos escritos por portugueses nascidos no século XVIII, há a diminuição considerável das ocorrências de MDO.

Sobre a natureza dos objetos marcados, a autora afirma que da primeira metade do século XVI para a segunda metade de mesmo século e no XVII, é constatado o aumento da MDO com nomes próprios de pessoa, pronomes de tratamento, quantificadores e nomes comuns. Já nos séculos posteriores, esses mesmos contextos sofrem diminuição na marcação (p. 140).

Döhla (2014) examinou as ocorrências de objetos marcados no português e concluiu que, no português antigo, o fenômeno era desencadeado por fatores sintáticos, como a coordenação de objetos diretos, a deslocação à esquerda e a ordem VSO. Eram marcados diferencialmente os objetos animados e definidos. Sobre a natureza desses objetos, o autor afirma que, nos séculos XVI e XVII, eram obrigatoriamente marcados pronomes pessoais, reflexivos e o relativo *quem*. Os nomes próprios eram frequentemente marcados e, conforme o fenômeno se expandiu nesse período, nomes comuns humanos passaram a ser marcados com uma alta frequência.

No século XVIII é verificado o declínio nos casos do fenômeno, mas pronomes pessoais continuam como desencadeadores da MDO. O DP *Deus* era um contexto quase completamente consolidado para a marcação do objeto⁷.

Os estudos de Ramos (1992) e Döhla (2014) recorrem a uma explicação externa à língua para o aumento dos casos de MDO verificado na história do português: a influência eram formas em variação.

ência da língua espanhola durante a existência da União Ibérica (1580-1640). Esse fator explicaria também a queda dos casos do fenômeno. A seguir, discutiremos a hipótese da influência espanhola na frequência da MDO.

2.3 A hipótese da influência espanhola

Uma hipótese existente nos estudos da área é que a MDO das línguas românicas surgiu no espanhol e se espalhou para outras línguas da mesma família através do contato linguístico. Hills (1920) elenca diferentes línguas, dentre as quais estão o português, o catalão e alguns dialetos italianos, que apresentam a MDO e estiveram sob influência espanhola em algum momento de sua história, seja pelo âmbito político ou geográfico. O autor aponta ainda que em todas essas línguas, ainda que haja contextos distintos de marcação diferencial, frequentemente os pronomes pessoais são desencadeadores do fenômeno.

Entretanto, há na área hipóteses contrárias. Meier (1948), por exemplo, defende que a MDO é um resquício do sistema de declinação do latim vulgar e que o fenômeno se originou na região da Itália. Nas línguas românicas, segundo o autor, as diferenças nos contextos de marcação diferencial e na frequência de uso se devem aos estágios de evolução do fenômeno, enquanto algumas línguas permaneceram em determinados pontos evolutivos, outras foram para outros⁸.

A proposta de Meier não exclui o observado por Hills. Mesmo que o fenômeno já existisse nas línguas românicas, isso não impede que o contato com o espanhol tenha contribuído para o aumento da frequência da MDO no português dos séculos XVI e XVII.

Ainda de acordo com Ramos (1992), um fator que reforça a hipótese da influência espanhola é que, nos dados do português do século XVI, foram encontrados mais casos de objetos marcados em documentos e cartas do que em peças de teatros. Além disso, como dito anteriormente, a autora observou um aumento no uso da MDO do século XIV para o XV. Essa constatação pode ser explicada por Vázquez Cuesta (1986), que aponta que, desde o século XV, Portugal e Espanha estavam se aproximando politicamente.

Da mesma forma, a diminuição acentuada nos casos de MDO nos séculos seguintes ao XVII, encontrada nos estudos diacrônicos, pode ser mais um indicativo da influência espanhola. Vázquez Cuesta afirma que, quando a situação política e econômica de Portugal se restabeleceu após o fim da União Ibérica, o prestígio do espanhol caiu e, no século XVIII, o francês assumiu o *status* de prestígio, o que pode ter levado à diminuição

⁸ Não aprofundamos a discussão sobre as etapas evolutivas e as origens da MDO por uma questão de espaço. Para uma apresentação mais detalhada, o leitor pode conferir Pires (2017, p. 25-29).

das ocorrências do fenômeno.

A seguir apresentamos pontos relevantes sobre a MDO na história do espanhol. Isso será necessário para investigar a hipótese principal deste trabalho: a influência da MDO do espanhol no português antigo.

2.3.1 A MDO no espanhol antigo

O espanhol é, possivelmente, a língua românica em que a MDO é mais frequente. O fenômeno ocorre com objetos animados (15), entretanto, quando os objetos desse tipo são indefinidos, a marcação da preposição *a* é opcional (16) (TORREGO, 1999).

(15) Trajeron *(a) Jimena.

‘Trouxeram à Jimena.’

(16) Trajeron (a) un amigo con ellos.

‘Trouxeram (a) UM AMIGO COM ELES.’

Sobre a MDO na história do espanhol, Laca (2006) defende que a marcação era obrigatória com pronomes plenos desde o século XII. Caro Reina (2020) apresenta que nesse mesmo século, a MDO ocorria com nomes de divindades e nomes pessoais, com nomes próprios de lugares o fenômeno era opcional e, no século XIX, se tornou obrigatório. Atualmente, no espanhol, nomes de lugares, como são inanimados, não são marcados⁹.

O estudo de Company (2003) sobre o desenvolvimento da MDO no espanhol atestou que os nomes próprios, nos séculos XIII e XIV, foram marcados em 99% das ocorrências e em 96% no século XV.

Sobre o século XVI, os resultados de Laca (2006) indicam que, com nomes próprios humanos, o fenômeno ocorria quase na totalidade dos casos, foram encontrados apenas três casos de objetos desse tipo não marcados. Já no século XVII, a MDO era mandatória com nomes próprios, tanto com os humanos quanto com os animados; a autora encontrou apenas um caso de nome próprio inanimado marcado, que era também o único caso de objeto desse tipo nos dados.

Laca ressalta que, no texto representante do século XII analisado, a MDO se mostrava opcional com nomes próprios inanimados. Entretanto, nos séculos posteriores, foram encontrados poucos casos de objetos dessa natureza, sendo que em alguns textos não

⁹ Caro Reina (2020) não apresenta dados sobre os séculos XVI e XVII, pois assume que nesse período o fenômeno era o mesmo que no século XII.

havia nenhuma ocorrência de objetos desse tipo, o que a impediu de atestar a opcionalidade da marcação com objetos dessa natureza.

Na pesquisa de Laca, a ocorrência da MDO com DPs humanos (classe que não inclui nomes próprios) aumenta no decorrer dos séculos tanto com definidos quanto com indefinidos, sendo mais comum a marcação em definidos do que em indefinidos. Os nomes próprios humanos marcados ocorreram em 100% dos casos do século XVII, mas diminuíram para 79% no século XVIII e 89% no século XIX. Todavia, como dito anteriormente, no espanhol atual esse é um contexto obrigatório para a marcação.

Ainda no estudo de Laca, a ocorrência de inanimados marcados é marginal. A autora explica que esses casos estão associados a outros fatores, como a natureza do verbo, a estrutura sintática e a possível ambiguidade com o sujeito.

Esses estudos mostram que nos séculos de maior contato com o português, o XVI e XVII, a MDO do espanhol era obrigatória com pronomes plenos e nomes próprios animados, por sua vez, os DPs animados eram frequentemente marcados. Já a marcação com nomes próprios inanimados (i.e., nomes de lugares) era possível (CARO REINA, 2020).

3 A NATUREZA LEXICAL DA MDO NO PORTUGUÊS ANTIGO

Nosso objetivo é investigar a natureza dos objetos marcados diferencialmente por *a* no português antigo, mais especificamente no período entre os séculos XVI ao XIX. Os dados analisados foram coletados em dois *corpora*: o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (GALVES; FARIA, 2010) e o Post Scriptum (CLUL, 2014). Analisamos a natureza lexical de cada objeto marcado, isto é, a que classe os objetos pertenciam, se eram, por exemplo, DPs ou pronomes. A seguir, são apresentadas mais características sobre os *corpora* usados.

3.1 OS *Corpora* utilizados

O Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (doravante, CTB) (GALVES; FARIA, 2010), é formado por textos de diferentes gêneros. No momento da coleta de dados, 76 textos escritos por portugueses nascidos entre os anos 1380 e 1881 constituíram o CTB (o que corresponde a 3.303.196 palavras). Desses textos, 44 tinham anotação morfológica (1.956.460 palavras) e 20 tinham anotação sintática (877.247 palavras).¹⁰

O *corpus* Post Scriptum (doravante, PS) (CLUL, 2014) é formado apenas por car-

¹⁰ Os dados utilizados nesse estudo foram coletados entre os anos de 2016 e 2017. A versão atual do CTB disponibiliza 76 textos (3.302.666 palavras): 45 anotados morfológicamente (2.012.768 palavras) e 27 anotados sintaticamente (1.234.323 palavras).

tas. Estão disponíveis aproximadamente 7 mil cartas privadas portuguesas e espanholas dos séculos XVI ao XIX escritas por pessoas de diferentes classes sociais. No corpus, pode-se acessar as cartas em dois formatos: edição crítica digital e linguisticamente anotada. A anotação está disponível tanto na versão morfossintática, quanto na sintática. Para este estudo foram analisadas apenas cartas escritas em português.

A seguir, explicamos a metodologia utilizada nessa investigação.

3.2 A Metodologia utilizada

Foram recolhidos, em textos escritos por portugueses nos séculos XVI ao XIX, os dados que utilizamos nesse estudo. No CTB, os dados foram coletados em cinco textos dos séculos XVI a XVIII. Os dados do século XIX foram levantados em dois textos do CTB e em 174 cartas do PS. Foram utilizados dois *corpora*, pois a quantidade de palavras do século XIX no CTB era menor que a dos outros séculos; desse modo, a quantidade de palavras analisadas em cada século foi aproximada.

Os dados do primeiro *corpus*, o CTB, estavam disponíveis em duas formas: com anotação sintática e morfológica. Nos textos que tinham a primeira forma disponível, os dados foram coletados por meio da ferramenta eletrônica Corpus Search (RANDALL; TAYLOR; KROCH, 2009). Ao fornecermos o comando com as informações da busca desejada, essa ferramenta retorna os dados de forma organizada e automática. Contudo, a ferramenta funciona apenas em textos que estão anotados sintaticamente, por isso, nos textos que tinham apenas a anotação morfológica, foram buscados, sem o auxílio de ferramentas eletrônicas, os casos em que a preposição *a* antecedia um objeto direto. Como os dados do PS estão disponíveis da mesma forma que os do CTB, o processo de busca no PS foi o mesmo.

Foram coletados dois tipos de dados: casos em que o objeto direto era marcado pela preposição *a* e casos de objetos diretos não marcados, ou seja, casos típicos de objeto direto. Contudo, os dois tipos de dados foram coletados apenas no CTB, enquanto no PS foram levantados somente dados de objeto direto marcado, como explicado acima, esse *corpus* foi utilizado apenas para equiparar a quantidade de palavras analisadas do século XIX.

Para investigar a hipótese inicial sobre a influência do espanhol nos casos de MDO do português, decidimos não apenas pela análise das características dos dados de objetos diretos marcados diferencialmente por *a*, mas também dos casos de objetos diretos típicos. Para a coleta desse segundo tipo de dados, arbitrariamente, selecionamos os verbos

que ocorreram pelo menos cinco vezes em todos os dados coletados.¹¹

Os dados de objetos diretos não marcados foram coletados apenas nos séculos XVI e XVII. Essa escolha se baseia na hipótese aqui investigada de que o contato com o espanhol influenciou na MDO do português, durante a existência da União Ibérica, período que compreende os dois séculos mencionados.

Os objetos diretos típicos analisados ocorreram com os verbos: *abranger, adorar, alcançar, amar, buscar, comer, destruir, julgar, mandar, matar, ofender, persuadir, preceder, prender, pretender e socorrer*. A seguir, são apresentados alguns exemplos que ilustram os dois contextos de ocorrência de objeto direto analisados:

- (17) a. Amava muyto **a esta filha** (C_002_PSD,139.104, CTB, séc. XVII).
b. Assi o tinha dito muito antes, falando de Jacob e seu irmão: que amara **um** e aborrecera outro (S_001_PSD,9.10, CTB, séc. XVII).
- (18) a. O Advento de que fala São Thiago, é o Advento particular, em que o mesmo Christo no dia da morte, vem julgar **a cada um** (V_004_PART_PSD,80.372, CTB, séc. XVII).
b. O mesmo Senhor há-de-vir em Pessoa a julgar **o mundo** (V_004_PART_PSD,67.98, CTB, séc. XVII).
- (19) a. e lhes deram uma carga, com que mataram **ao alferes**, que governava aquela tropa, e dois cavaleiros mais, pondo em fugida a todos os outros (G_001_PSD,91.1343, CTB, séc. XVI).
b. Na capitania de São Vicente sendo capitão Jorge Ferreira, aconteceu darem os contrários em uma aldeia que estava não muito longe dos Portugueses, e neste assalto matarem **um filho do Principal da mesma aldeia** (G_008_PSD,36.708, CTB, séc. XVI).
- (20) a. Garcia de Sá, que levava a dianteira, soffreo muito trabalho, porque lhe feriram, e mataram muita gente, sem se poder defender, nem ofender **aos inimigos** (C_007_PART_PSD,98.973, CTB, séc. XVI).
b. Disséramos que a Majestade do seu Augusto Príncipe o recebera nos bra-

¹¹ Nos dados coletados, foram excluídas as ocorrências de objetos diretos que eram argumento de verbos que regem a preposição *a*. Essa exclusão se baseou no levantamento de Araújo Adriano (Em andamento) sobre verbos que regem *a* no português.

ços, a não ofendermos **o excelso da soberania**, que de todos os serviços é a credora, a nenhum obsequiosa (B_001_PSD,40.369, CTB, séc. XVII).

Como dito anteriormente na seção 2, a MDO está relacionada à natureza lexical do objeto direto. Desse modo, distinguimos nossos dados nas seguintes categorias: DP, pronome pleno, pronome de tratamento, pronome relativo, sintagma quantificado e título.

O conjunto dos DPs é formado por nomes próprios, nomes de divindades e outros substantivos. Os sintagmas quantificados englobam quantificadores e pronomes indefinidos, acompanhados ou não por um DP. Os títulos de nobreza podem ser acompanhados por um DP ou não.

A seguir, são apresentados alguns exemplos dos dados encontrados classificados de acordo com a divisão considerada neste trabalho.

(21) DPs:

Já tinha andado algum espaço, quando viu diante de si **a um menino, que saía do mato, o qual lhe perguntou, para onde ia?** (B_001_PSD,12.105, CTB, séc. XVII).

(22) Pronome pleno:

E só **a ele matou** (G_001_PSD,02.10, CTB, séc. XVI).

(23) Pronome de tratamento:

Eu conheço **a Vossa Mercê muito bem, e conheci seu mano defunto, e tive muitas contas com ele** (CARDS0089,.2, PS, séc. XIX).

(24) Pronome relativo:

Com estes foi um Índio Cristão antigo, **a quem instruíram os Padres** (B_001_PSD,196.1540, CTB, Séc. XVII).

(25) Sintagma quantificado:

a. De sorte, que além dos dois Adventos geraes, um em que veiu remir, outro em que ha-de vir julgar a todos, tem Christo Senhor nosso ou-

tro terceiro Advento, em que no dia da morte vem julgar a cada um (V_004_PART_PSD,80.384, CTB, séc. XVII).

- b. Onde, não posso assás rir-me, quando ouço a alguns Mestres responder que Terêncio não é para rapazes, porque é obscuro. (V-001,214.2074, CTB, **séc. XVIII**).
- c. E em seus artífices ninguém creya, que pode haver nobreza, pois o vicio nunca ennobreceo a ninguém (C-006,70.358, CTB, séc. XVII).

(26) Título de nobreza:

- a. O conde de Holanda, que é dos principais senhores de Inglaterra, foi de Londres à cidade de York a ver a El-rei Carlos (G_001_PSD,67.1033, CTB, Séc. XVI).
- b. Estado na nossa companhia quem fará favor de dirigir para que visite a Dom António no caso que esteja na enfermaria (CARDS0162,.1, PS, Séc. XIX).

A seguir, são apresentados os resultados obtidos na análise dos dados selecionados.

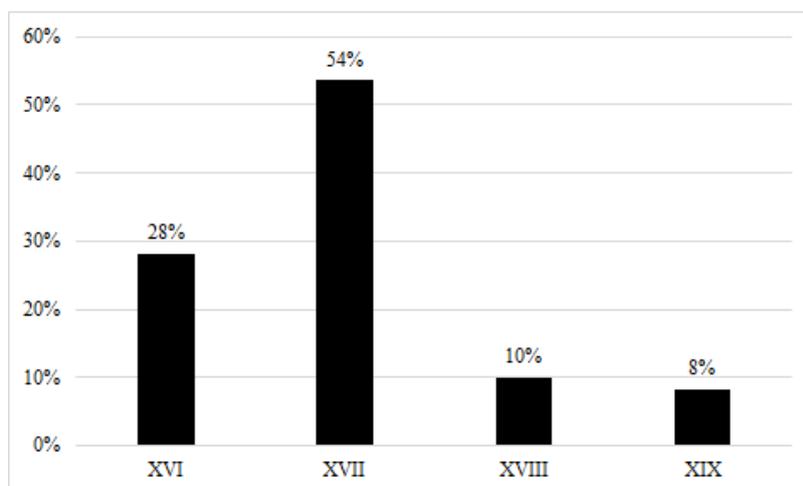
3.3 Apresentação dos resultados

Ao todo foram analisados 1.231 dados: 519 de objeto diretos marcados pela preposição *a* e 712 de objetos diretos típicos, ou seja, sem marcação. Para a comparação dos casos de objeto direto marcado e não marcado foram examinados 826 dados, dos quais 114 eram de MDO e 712 de objetos típicos.

A seguir, são apresentados, na figura 1, os resultados da frequência da ocorrência da MDO nos séculos analisados¹². A figura mostra que o pico das ocorrências do fenômeno é encontrado nos séculos XVI e XVII, além disso, mostra a diminuição da frequência no século XVIII, que é também o século seguinte ao fim da União Ibérica.

¹² Como dito na Introdução, o presente trabalho é uma continuação de Pires (2020b). Logo, os dados aqui analisados foram também utilizados na análise do estudo citado. Por isso os dados da figura 1 foram inicialmente reportados em Pires (2020b).

Figura 1 – A frequência dos casos de MDO em cada século analisado



Fonte: Pires (2020b).

Os resultados da figura 1 indicam a confirmação da hipótese analisada, ou seja, a frequência dos casos de MDO no português foi influenciada pelo contato com a língua espanhola durante o período em que os dois reinos, Portugal e Espanha, formavam uma unidade política.

A tabela 1 a seguir sobre a relação entre a quantidade de ocorrências da MDO e de palavras analisadas em cada século mostra, novamente, que nos séculos XVI e XVII os casos do fenômeno são mais frequentes e que o século XVII detém o pico de ocorrências da MDO. A tabela 1 revela também que no século XVIII, mesmo com a maior quantidade de palavras analisadas, há a menor frequência de ocorrência dos dados. De acordo com a hipótese da influência espanhola, os séculos XVI e XVII foram os que estiveram sob maior contato com o espanhol. Entretanto, nesse mesmo período é registrada a menor porcentagem sobre a frequência das ocorrências da MDO.

Tabela 1 – Relação entre a quantidade de ocorrências da MDO e a de palavras analisadas em cada século

Século	Dados de MDO	Quantidade de palavras	Relação entre dados e palavras
XVI	146	200.954	0,07%
XVII	278	207.856	0,13%
XVIII	52	229.033	0,02%
XIX	43	128.253	0,03%
Total	519	766.096	0,07%

Fonte: Pires (2020b).

Nos dados analisados, foi investigada a natureza lexical dos objetos. Esses fatores foram escolhidos de acordo com os estudos sobre o tema que indicam a relação entre a natureza do objeto direto e a marcação da preposição *a*. A seguir, são apresentados os resultados da análise da natureza lexical dos objetos diretos.

3.3.1 A natureza lexical dos objetos analisados

Como mostrado especialmente nas hierarquias em (9) e (10) anteriores, a natureza dos objetos pode desencadear a marcação diferencial. Abaixo, é apresentada a tabela 2 sobre a natureza dos objetos diretos marcados encontrados ao longo dos séculos.

Tabela 2 – A natureza dos casos de MDO em cada século

Século	DP		Pron. pleno		Pron. de tratamento		Pron. relativo		Sint. quantificado		Título		Total
	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos
XVI	82	56%	13	9%	1	1%	14	10%	25	17%	11	8%	146
XVII	163	59%	25	9%	3	1%	47	17%	34	12%	6	2%	278
XVIII	23	44%	12	23%	4	8%	5	10%	8	15%	–	–	52
XIX	15	35%	11	26%	9	21%	5	12%	2	5%	1	2%	43

Fonte: Elaborada pela autora.

Nessa tabela, é possível perceber que os casos de DPs marcados com função de objeto direto são os mais frequentes em todos os séculos. Os pronomes plenos apresentam um crescimento ao longo dos séculos; no século XVI, dos casos de objeto marcados, 9% eram pronomes plenos, e, no século XIX, 26% dos casos de MDO eram pronomes plenos.

Os pronomes de tratamento, assim como os pronomes plenos, apresentam um aumento durante os séculos. Nos dois primeiros séculos analisados, XVI e XVII, apenas 1% dos casos de MDO eram pronomes de tratamento, já no século XVIII esse valor sobe para 8% e, no último século analisado, 21% das ocorrências de MDO eram de pronomes desse tipo.

Os casos de pronomes relativos marcados aumentam no século XVII (17%), mas diminuem no século seguinte (10%) e depois sofrem um leve aumento no século XIX (12%). As ocorrências de sintagmas quantificados marcados diminuem do século XVI (17%) para o XVII (12%), voltam a subir no século seguinte (15%) e diminuem no século XIX (5%).

Os títulos de nobreza marcados por *a*, por sua vez, diminuem nos séculos analisados. No primeiro século analisado, o XVI, 8% das ocorrências levantadas eram de títulos, já no século posterior, esse valor cai para 2%, no século XVIII não foi encontrada nenhuma ocorrência de título marcado, por fim, no século XIX, há um caso, o que representa 2% das ocorrências do século XIX.

As tabelas 3 e 4, na sequência, trazem os resultados da comparação entre objetos diretos marcados e não marcados, ou seja, objetos típicos, que ocorreram nos dados analisados representantes dos séculos XVI e XVII. Vale apontar que os casos de pronomes plenos e clíticos foram retirados de ambas as tabelas, pois eles não são formas em variação. Os pronomes clíticos só ocorrem em objetos típicos e os pronomes plenos ocorrem apenas com a MDO. No português brasileiro atual, há casos de pronomes plenos com objetos típicos, entretanto, esse fenômeno não ocorria no período analisado neste estudo.

As duas tabelas trazem apenas dados de categorias em que é possível haver variação, ou seja, objetos que podem ser marcados ou não. Da tabela 3 foram retirados 104 casos de pronomes clíticos acusativos e 13 casos de pronomes plenos que ocorreram com a MDO; já da tabela 4, foram retiradas 105 ocorrências de clíticos acusativos e 25 casos de MDO com pronomes plenos.

Tabela 3 – A natureza dos objetos marcados e típicos no século XVI

	MDO	%	Obj. Dir.	%	Total	%
DP	82	25%	248	75%	330	100%
Pron. de tratamento	1	100%	–	–	1	100%
Pron. relativo	14	30%	32	70%	46	100%
Sint. quantificado	25	53%	22	47%	47	100%
Título	11	79%	3	21%	14	100%
Total	133	30%	305	70%	438	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4 – A natureza dos objetos marcados e típicos no século XVII

	MDO	%	Obj. Dir.	%	Total	%
DP	163	48%	178	52%	341	100%
Pron. de tratamento	3	100%	–	–	3	100%
Pron. relativo	47	75%	16	25%	63	100%
Sint. quantificado	34	83%	7	17%	41	100%
Título	6	100%	–	–	6	100%
Total	253	56%	201	44%	454	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

As tabelas 3 e 4 acima revelam que, tanto no século XVI quanto no XVII, os casos de DPs com objetos típicos foram mais frequentes. Entretanto, no século XVII houve um aumento na frequência de DPs com a MDO, de 25% no século XVI para 48% no XVII.

Os pronomes de tratamento, apesar das poucas ocorrências nos dois séculos, em todas foram marcados diferencialmente. Além disso, os pronomes relativos indicam um contexto em que houve mudança: no século XVI, 30% dos pronomes relativos foram marcados diferencialmente e 70% ocorreram sem marcação; já no século posterior, o XVII, 75% foram marcados e 25% ocorreram sem marcação.

Por fim, todos os casos de título de nobreza com função de objeto direto foram marcados no século XVII, enquanto no anterior há o registro de 3 casos de títulos com objetos típicos.

Para ter um quadro mais claro sobre a natureza das ocorrências de MDO, decidimos por dividir os DPs em nomes de divindades (27), nomes próprios animados (28) e inanimados (29) e distinguir os DPs que não são nem nomes de divindades nem nomes próprios em animados (30) e inanimados (31). Os nomes de divindade não foram distinguidos pelos traços da animacidade, porque assumimos que eles indicam a personalidade do objeto, logo são sempre animados. A seguir, são apresentados alguns exemplos da divisão.

(27) A Madre Elena que no zello desta caza imitou **a Deos**, sempre olhou o seu governo como temor, nunca como expectativa; (C_002_PSD,192.760, CTB, séc. XVII).

(28) E isto ainda depois de ouvir a **Micheas** (V_004_PART_PSD,193.1560, CTB, séc. XVII).

- (29) E tem conquistado no país de Artois **a Arrás, a Hesdin, a Bampama**, e Arien (G_001_PSD,34.501, CTB, séc. XVI).
- (30) Digo vos que amo mais presidir e governar **a homens bizarros** do que ser bizarro eu próprio (C_001_PSD,161.2219, CTB, séc. XVIII).
- (31) E vendo a contenda socorreram **aos barcos portugueses** (G_001_PSD,81.1214, CTB, séc. XVI).

Tabela 5 – Os DPs marcados em cada século

Século	Nome de divindade		Nome próprio animado		Nome próprio inanimado		Demais DPs animados		Demais DPs inanimados		Total	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%
XVI	8	10%	10	12%	12	15%	43	52%	9	11%	82	100%
XVII	16	10%	36	22%	1	1%	88	54%	22	13%	163	100%
XVIII	3	13%	10	43%	1	4%	8	35%	1	4%	23	100%
XIX	–	–	2	13%	–	–	11	73%	2	13%	15	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo a tabela 5, os nomes de divindade com função de objeto direto e marcados por *a* se mantêm estáveis nos séculos XVI e XVII, com 10% das ocorrências totais; sofrem um pequeno aumento no século seguinte, com 13% das ocorrências; e, nos dados representantes do século XIX, não foi encontrado nenhum caso de nome de divindade marcado diferencialmente.

Já os nomes próprios animados apresentam um aumento do século XVI para o XVII, de 12% para 22%; já no século XVIII sobem para 43%; e, por fim, no século XIX esse valor cai para 13%. Os nomes próprios inanimados, por sua vez, apresentam sua maior porcentagem no século XVI, 15%, depois sofrem uma diminuição nos séculos seguintes, com apenas um caso nos séculos XVII e XVIII e nenhuma ocorrência no XIX.

Com relação aos demais DPs animados, que nesse caso são todos os sintagmas nominais que não eram nem nomes de divindade nem nomes próprios, nos séculos XVI e XVII, esse foi o grupo mais frequente dos DPs marcados diferencialmente, com 52% e 54% respectivamente; já no século XVIII esse valor diminui para 35%, e os nomes próprios animados passaram a ser o grupo mais frequente nesse século; por sua vez, no século XIX, os demais DPs animados voltam a ser a classe mais frequentemente marcada,

com 73% dos casos. Por sua vez, os demais DPs inanimados se mantêm estáveis durante os séculos, contudo, no século XVIII, é registrado apenas 1 caso, enquanto no século anterior foram registradas 22 ocorrências.

Para elucidar o papel da animacidade nos DPs marcados, reportamos na tabela 6 os DPs distinguidos apenas em animados e inanimados.

Tabela 6 – A presença da animacidade nos DPs marcados em cada século

Século	DP animado		DP inanimado		Total	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
XVI	61	74%	21	26%	82	100%
XVII	140	86%	23	14%	163	100%
XVIII	21	91%	2	9%	23	100%
XIX	13	87%	2	13%	15	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

De maneira geral, é interessante notar que a presença positiva da animacidade nos DPs marcados aumenta durante os séculos e, conseqüentemente, os casos de inanimados diminui. Essa tendência se mantém até o século XVIII, e, no XIX, os casos de DPs animados diminuem e os de inanimados aumentam. Um teste chi-quadrado foi aplicado para verificar se a diferença entre esses dois séculos é significativa. O resultado indica que as proporções de DPs animados marcados, em relação a inanimados, no século XVIII são iguais no século XIX, $X^2(1, N = 15) = 3.597e-31, p = 1$. Entretanto, o valor p é sensível ao tamanho da amostra, por isso amostras muito pequenas, como os dados dos séculos XVIII e XIX, não são adequadas para testes de significância, podendo gerar resultados incorretos.

Tabela 7 – Os DPs marcados e não marcados no século XVI

	MDO	%	Obj Dir	%	Total	%
Nome de divindade	8	100%	–	–	8	100%
Nome próprio animado	10	53%	9	47%	19	100%
Nome próprio inanimado	12	100%	–	–	12	100%
Demais DPs animados	43	28%	108	72%	151	100%
Demais DPs inanimados	9	6%	131	94%	140	100%
Total	82	25%	248	75%	330	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 8 – Os DPs marcados e não marcados no século XVII

	MDO	%	Obj Dir	%	Total	%
Nome de divindade	16	100%	-	-	16	100%
Nome próprio animado	36	95%	2	5%	38	100%
Nome próprio inanimado	1	100%	-	-	1	100%
Demais DPs animados	88	69%	40	31%	128	100%
Demais DPs inanimados	22	14%	136	86%	158	100%
Total	163	48%	178	52%	341	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

É interessante notar que nas tabelas 7 e 8 todas as ocorrências de nomes de divindades foram marcadas diferencialmente pela preposição *a*. Os resultados das duas tabelas sobre os nomes próprios animados revelam que houve um aumento da frequência de objetos dessa natureza com a marcação diferencial do século XVI para o XVII (53% para 95%). Com relação aos nomes próprios inanimados é interessante notar que não há nenhuma ocorrência com objeto direto não marcado. Além disso, há também uma diminuição de nomes próprios inanimados marcados, de 12 casos encontrados no século XVI para 1 no XVII.

Já os demais DPs animados, que não são nem nome de divindade nem nome próprio, são mais frequentes, no século XVI, com objetos típicos do que com a MDO; já no século seguinte, o quadro se inverte, e o grupo dos demais DPs animados se torna mais frequente com a MDO do que com objetos não marcados. Por sua vez, os demais DPs inanimados, no século XVI, ocorreram em 94% dos casos com objeto típicos; no século XVII, esse valor diminuiu para 86%, o que mostra que a marcação de DPs inanimados aumentou nesse século.

3.4 Discussão dos resultados

Os resultados da figura 1 e da tabela 1 indicam que o contato com a língua espanhola levou ao aumento da frequência da MDO no português antigo. A análise da natureza lexical dos objetos marcados, mostrada na tabela 2, revelou que os DPs, em todos os séculos considerados, são a classe mais frequentemente marcada. Há também o aumento dos casos de pronomes plenos marcados e pronomes de tratamento ao longo dos séculos, assim como a diminuição dos casos de sintagmas quantificados marcados. Na tabela 5, os DPs foram distinguidos em outras classes, o que mostrou que a marcação com os nomes próprios animados e os DPs animados aumentou durante os séculos. Esses resultados

podem indicar a direção do estabelecimento dos contextos de marcação: nomes próprios e DPs animados, pronomes plenos e pronomes de tratamento.

Os pronomes plenos sempre são marcados nos dados porque a forma plena não ocorre sem a preposição *a*. Entretanto, os casos de clíticos acusativos são mais frequentes – como dito anteriormente, foram encontrados 209 casos de clíticos e apenas 38 ocorrências de pronomes plenos marcados. Ademais, não sabemos se as duas formas são usadas nos mesmos contextos, ponto que deve ser mais investigado.

Os resultados da tabela 2 revelaram que do século XVI para o XVII houve o aumento da preferência pela marcação dos DPs e depois essa classe diminuiu progressivamente nos séculos posteriores. Isso pode ser mais um indicativo da influência espanhola. Enquanto as línguas estavam em contato, os casos de DPs marcados aumentaram. De forma análoga, os pronomes relativos marcados, que no século XVII apresentam um aumento de casos, começam a diminuir nos séculos seguintes. Além disso, como mostram as tabelas 3 e 4, no século XVII, essa mesma classe apresenta um aumento pela preferência da forma marcada (de 30% para 75%).

A distinção dos DPs na tabela 5 mostrou também que no século XIX não foi registrada nenhuma ocorrência de nome de divindade, nem de nome próprio inanimado. Vale apontar que é possível que, por causa do gênero dos textos representantes do século XIX, não foi apresentada nenhuma ocorrência de objetos dessas classes.

Nas tabelas 6 e 7, a comparação entre as ocorrências de DPs marcados e não marcados mostrou que todas as ocorrências de nomes de divindades foram marcadas, isso indica que, pelo menos no grupo de verbos analisados, não havia variação nesse contexto e os nomes de divindades eram obrigatoriamente marcados. Sobre os nomes próprios animados, chama a atenção que, no século XVII, 95% dos casos foram marcados, o que pode ser um indicativo de que esse era um contexto quase totalmente consolidado para a MDO. De forma similar, houve o aumento da preferência pela marcação do grupo dos demais DPs animados, de 28% no século XVI para 69% no século seguinte.

É possível que a MDO não seja dependente da natureza lexical do objeto, mas talvez dos traços semânticos presentes em certas classes. Nomes próprios, por exemplo, tendem a ser animados ou indicar algo que tenha referência única. Irimia e Pineda (2019) apontam que no catalão e romeno antigos há uma violação das hierarquias normalmente utilizadas para descrever o fenômeno: há mais casos de pronomes de terceira pessoa marcados que de primeira e segunda. A mesma violação é encontrada no português (PIRES, 2020a).

Segundo os dois estudos citados, a violação pode ser explicada pelos traços presentes nas formas pronominais, que indicam que marcar a animacidade em objetos que são normalmente animados pode ser redundante em alguns estágios da língua. Uma explicação similar pode ser aplicada aos casos de nomes próprios inanimados marcados, principalmente no século XVI, a preposição pode marcar outra característica do objeto, como definitude ou especificidade.

A comparação entre os objetos marcados e não marcados foi feita com base em um grupo específico de verbos, ainda que não tenhamos encontrado até o momento uma generalização sobre esse grupo, não podemos excluir a possibilidade de que os verbos levam à marcação diferencial do objeto.

Os estudos citados sobre o espanhol na seção 2 apontam que, nos séculos XVI e XVII, a MDO era obrigatória com pronomes plenos, nomes próprios eram frequentemente marcados e, segundo Caro Reina (2020), a marcação de nomes de lugares era possível.

Apesar das poucas ocorrências, os resultados sobre o português indicam que pronomes plenos, pronomes de tratamento e nomes de divindades sempre são marcados, e revelam a tendência da marcação com nomes próprios animados e títulos de nobreza.

Além disso, no século XVI há um número interessante de nomes próprios inanimados marcados, o que se aproxima da marcação de nomes de lugares do espanhol. Mesmo que a diferença entre nomes próprios animados e inanimados seja de apenas 2 casos, há a diminuição dos casos de nomes próprios inanimados nos séculos seguintes: apenas um caso nos séculos XVII e XVIII e nenhuma ocorrência no XIX.

Laca (2006) encontrou um cenário similar na história do espanhol: a MDO era opcional no século XII e não foi encontrado nenhum caso desse tipo nos textos dos séculos posteriores. Com essa característica, podemos aventar a hipótese de que nos estágios iniciais do fenômeno nas línguas, a marcação com nomes próprios inanimados é possível e, nos estágios posteriores, esse deixa de ser um contexto de marcação. Para confirmar essa característica é necessário, contudo, analisar o desenvolvimento do fenômeno em outras línguas, e investigar as ocorrências da MDO no português em um período anterior ao século XVI, assim como, considerar um número de dados maior do que o aqui utilizado.

Vale apontar ainda que não foi atestado o que Ramos (1992) diz sobre os nomes próprios serem a classe que mais frequentemente é marcada nos séculos XVI e XVIII e os pronomes de tratamento nos séculos XVII e XIX.

4 CONCLUSÃO

O objetivo inicial deste artigo era investigar a natureza lexical das ocorrências da MDO no português antigo, mais especificamente, na língua do período entre os séculos XVI e XIX e sua relação com a possível influência espanhola nos séculos XVI e XVII. Os resultados da análise dos dados retirados de dois *corpora* de textos do português antigo mostraram que nos séculos da possível influência espanhola, além do aumento da frequência dos casos de MDO no português, pode-se notar algumas características em comum no comportamento do fenômeno nas duas línguas, como a marcação de nomes de divindades e a marcação quase consolidada de nomes próprios animados no século XVII.

A frequência de nomes próprios inanimados marcados no século XVI e a alteração no desenvolvimento da MDO com relação à natureza lexical nos séculos posteriores ao fim da União Ibérica podem indicar que de fato havia influência espanhola: no século XVI as características da MDO ainda não estavam estabelecidas, o que se resolve no século XVII; já nos séculos posteriores, a MDO do português se desenvolve sem a influência do contato com a língua espanhola.

Entretanto, para a confirmação desses resultados, é necessário comparar os casos de objetos diretos marcados e não marcados no período anterior à criação da União Ibérica, assim como no período que sucede a dissolução da unidade política. Também é necessário o controle do que pode ser influência dos gêneros textuais analisados ou ainda o grau de contato dos autores portugueses com a língua espanhola. Ademais, se faz necessária também a investigação dos contextos sintáticos em que a MDO ocorre.

Referências

- AISSSEN, Judith. Differential Object Marking: Iconicity vs. Economy. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 21, n. 3, p. 435-483, ago. 2003.
- ARAÚJO ADRIANO, Paulo A. *Sobre a regência verbal da preposição 'a' no português brasileiro*. Artigo. Unicamp. Em andamento.
- BOSSONG, Georg. Differential Object Marking in Romance and Beyond. In: WANNER, D.; KIIBBEE, D. (Org.). *New Analyses in Romance Linguistics*. John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 143-170.
- CARO REINA, Javier. Differential object marking with proper names in Romance languages. In: KEMPF, L.; NÜBLING, D.; SCHMUCK, M. (Org.). *Linguistik der Eigennamen*. Berlim-Boston: De Gruyter, 2020. p. 225-259.
- CLUL (Ed.). *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. 2014. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>. Acesso em 17 maio 2020.

COMPANY, Concepción. Transitivity and Grammaticalization of Object. The diachronic struggle of direct and indirect object in Spanish. In: FIORENTINO, G. (Org.). *Romance Objects: Transitivity in Romance Languages*. Berlim-Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2003. p. 217–260.

CYRINO, Sonia. Reflexões sobre a marcação morfológica do objeto direto por A em português brasileiro. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 58, p.83-103, 2017.

CYRINO, Sonia; ORDONÉZ, Francisco. Null objects in Brazilian Portuguese and DOM in Spanish: similarities and differences. In: PARODI, T (Org.). *Proceedings of the VIII Nereus International Workshop “Referential Properties of the Romance DP in the Context of Multilingualism”*. Universität Konstanz, Fachbereich Sprachwissenschaft, p. 103-120, 2018.

DÖHLA, Hans-Jörg. Diachronic convergence and divergence in differential object marking between Spanish and Portuguese. In: BRAUNMÜLLER, K.; HÖDER, S.; KÜHL, K (Org.). *Stability and Divergence in Language Contact: Factors and Mechanisms*. Amsterdã: John Benjamins, 2014. p. 265-289.

GALVES, Charlotte; FARIA, Pablo. *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. 2010. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>. Acesso em: 17 maio 2020.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIESS, B. (Org.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Turbigen: Calapinus Verlag, 2006. p. 45-75.

GIBRAIL, Alba. *O acusativo preposicionado do português clássico: uma abordagem diacrônica e teórica*, 2003. 210 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HILLS, Elijah Clarence. The Accusative “A”. *Hispania*, v. 3, n. 4, p. 216-222, 1920.

IRIMIA, Monica; PINEDA, Anna. Differential object marking and Scales: Insights from diachrony. In: *Proceedings of the Linguistic Society of America*, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2019.

LACA, Brenda. El objeto directo. La marcación preposicional. In: COMPANY, Concepción Company (Org.). *Sintaxis histórica de la lengua española: primeira parte: la frase verbal*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. p. 423-475.

MEIER, Harri. Sobre as origens do acusativo preposicional nas línguas românicas. In: *Ensaio de filologia românica*. Lisboa: Revista de Portugal, 1948. p. 155-164.

PIRES, Aline Jéssica. *A marcação diferencial de objeto no português: um estudo sintático-diacrônico*. 2017. 1 recurso online (151 p.). Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

PIRES, Aline Jéssica. O desenvolvimento de pronomes marcados no português: a relação com as escalas hierárquicas. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 76–85, 2020a.

PIRES, Aline Jéssica. A influência da gramática espanhola na Marcação Diferencial de Objeto no português diacrônico. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 2, p. 01-20, 27 nov. 2020b.

RAMOS, Jânia. *Marcação de caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista*, 1992. [380]f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

RANDALL, Beth; TAYLOR, Ann; KROCH, Anthony. *CorpusSearch 2: a tool for linguistic research*, 2009. Disponível em: <http://corpussearch.sourceforge.net/>. Acesso em: 17 maio 2020.

TORREGO, Esther. El complemento directo preposicional. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999. p.1779-1805.

VÁSQUEZ CUESTA, Pilar. *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1986. 152p. (Coleção saber, 204). ISBN 972102676X.



Data de submissão: 30/07/2020

Data de aceite: 04/09/2021